

Plano de Dados Abertos do  
Ministério da Educação



PDA-MEC  
2016 / 2018  
Plano de Dados Abertos do  
MEC para o biênio

Secretaria Executiva  
Junho/2016

---



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria Executiva

# Plano de Dados Abertos – PDA MEC – 2016/2018

Versão: 01.7

Código:  
PDAMEC-01-  
2016-2018

Data da versão:  
20/06/2016



**Ministro da Educação**  
José Mendonça Bezerra Filho

**Secretária Executiva**  
Maria Helena Guimarães de Castro

**Secretário Executivo Adjunto**  
Felipe Sartori Sigollo

**Elaboração:** 2016  
**Execução:** 2016/2017/2018



## Versionamento e Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autores
03/03/2016	01.1	Iniciação do documento	Mariza Aparecida Rabelo Lira ( <a href="mailto:Mariza.Lira@mec.gov.br">Mariza.Lira@mec.gov.br</a> )
10/05/2016	01.2	Construção do documento	Danielle Drummond Cardona ( <a href="mailto:Danielle.Cardona@mec.gov.br">Danielle.Cardona@mec.gov.br</a> )
17/05/2016	01.3	Revisão pelos membros da INDA	Hugo Fusco Lobo ( <a href="mailto:Hugo.Lobo@mec.gov.br">Hugo.Lobo@mec.gov.br</a> ) Rafael Monteiro dos Santos Escolastico ( <a href="mailto:RafaelEscolastico@mec.gov.br">RafaelEscolastico@mec.gov.br</a> ) Renato Araújo Machado ( <a href="mailto:RenatoMachado@mec.gov.br">RenatoMachado@mec.gov.br</a> )
23/05/2016	01.4	Inserção dos dados do PRONATEC e Anexo com as fichas dos gestores	Danielle Drummond Cardona ( <a href="mailto:Danielle.Cardona@mec.gov.br">Danielle.Cardona@mec.gov.br</a> )
23/05/2016	01.5	Alterações em todo o plano de forma a excluir a participação do FNDE e INEP para que o PDA mantenha seu foco exclusivo no âmbito dos dados do MEC.	Danielle Drummond Cardona ( <a href="mailto:Danielle.Cardona@mec.gov.br">Danielle.Cardona@mec.gov.br</a> )
20/06/2016	01.6	Revisão Geral	Adriana Matos Seidel ( <a href="mailto:AdrianaSeidel@mec.gov.br">AdrianaSeidel@mec.gov.br</a> ) Cristiane Cavalcante Souto ( <a href="mailto:CristianeSouto@mec.gov.br">CristianeSouto@mec.gov.br</a> ) Denise Barros de Sousa ( <a href="mailto:DeniseSousa@mec.gov.br">DeniseSousa@mec.gov.br</a> ) Luiz Eduardo rodrigues Alves ( <a href="mailto:LuizAlves@mec.gov.br">LuizAlves@mec.gov.br</a> ) Raquel de Moraes Caldeira ( <a href="mailto:Raquel.Caldeira@mec.gov.br">Raquel.Caldeira@mec.gov.br</a> )
22/06/2016	01.7	Consolidação Final	Danielle Drummond Cardona ( <a href="mailto:Danielle.Cardona@mec.gov.br">Danielle.Cardona@mec.gov.br</a> )



## Índice

Origem do documento .....	5
Apresentação .....	5
Introdução.....	7
Objetivo Geral .....	10
Objetivo Específico.....	11
Legislação e demais normativos .....	11
Cenário Institucional .....	13
Planejamento Estratégico Institucional (PEI – 2015/2018).....	13
Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI – 2014/2017) .....	13
Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI – 2014/2016).....	14
Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI – abrangência: órgãos do SISP – 2013/2015) .....	15
Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA) .....	16
Metodologia de construção e validação do documento .....	17
Definição dos dados a serem abertos .....	17
Critérios utilizados para priorização dos dados a serem abertos .....	17
Dados com compromisso de abertura.....	19
Programa Universidade para Todos – ProUni.....	19
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC .....	19
Programa Mais Educação (PME) .....	20
Dados com possibilidade de abertura .....	20
Sistema de Seleção Unificada – SiSU .....	20
Monitoramento da frequência escolar do Programa Bolsa Família - Presença.....	20



Dados selecionados para abertura.....	21
Padrões de organização e formatação dos dados a serem publicados .....	22
Análise de risco de abertura de dados protegidos por sigilo .....	23
Estratégia para Abertura dos Dados .....	24
Premissas.....	24
Requisitos mínimos de qualidade dos dados .....	25
Plano de ação .....	26
Catalogação no Portal Brasileiro de Dados Abertos .....	28
Sustentação.....	29
Atualização.....	29
Manutenção.....	30
Governança .....	30
Monitoramento e controle.....	31
Melhoria da qualidade dos dados.....	32
Comunicação e participação social .....	33
Referências .....	34
Glossário .....	36
Anexo A – Formulários de Identificação dos dados e metadados .....	38



## Origem do documento

MEC/SE/PDA

Este documento foi redigido e consolidado pela Secretaria Executiva do Ministério da Educação (MEC) e está salvaguardado no servidor de arquivos desta instituição.

## Apresentação

O propósito deste documento denominado Plano de Dados Abertos (PDA), é o de publicitar as ações e estratégias organizacionais que nortearão as atividades de implementação e promoção da abertura de dados, no âmbito do Ministério da Educação (MEC) de forma institucionalizada e sistematizada.

Para tal, este documento foi elaborado tendo como base o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto-Lei 200/1967, c/c o art. 8º, § 3º, incisos II, III e VI, da Lei 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI), orientações do Manual para a Elaboração de Plano de Dados Abertos do MPOG, Instrução Normativa SLTI nº 4, de 13 de abril de 2012 (que institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos), Decreto Presidencial nº 6.666, de 27 de novembro de 2008 (que institui a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais), Estratégia de Governança Digital (EGD) por meio do Decreto nº 8.638 que institui a Política de Governança Digital e compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito do 2º Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto, entre outros normativos que abordam o tema de transparência da informação.

Encontram-se aqui descritos, os critérios utilizados para priorização dos dados a serem abertos; a definição dos dados a serem abertos; análise de risco de abertura de dados protegidos por sigilo ou de caráter pessoal; estratégia definida para abertura dos dados, com respectivo plano de ação contendo as atividades, produtos, cronograma, prazos,



responsabilidades e responsáveis pela implementação; modelo de sustentação com as ações necessárias para o alcance e sustentabilidade dos resultados pretendidos; estrutura de governança de dados e informação estratégica do MEC com sua forma de monitoramento e controle; meios de entrega da informação à sociedade e canais de comunicação e participação social, de forma a possibilitar diálogo com os consumidores dos dados abertos; metodologias, padrões e arquiteturas de dados utilizadas na coleta, catalogação, publicação e atualização dos dados abertos.

Também faz parte deste PDA, a exposição dos principais normativos cabíveis ao tema, correlacionados ao cenário institucional de forma a influenciar, direta e indiretamente, ao Planejamento Estratégico Institucional do MEC (PEI), ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), à Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI – abrangência: SISP) e à Coordenação do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA).

Este plano foi construído ao longo do primeiro trimestre do ano de 2016 envolvendo a Secretaria Executiva do MEC, considerando os princípios da publicidade e da transparência da administração pública como cerne para todas as decisões e determinações aqui estabelecidas.

A priorização dos conjuntos de dados a serem disponibilizados foi definida em conformidade com as solicitações do Acórdão TCU 3022/2015 considerando também, a relevância das informações para o cidadão, o grau de maturidade dos conjuntos de dados dentro da instituição, o alinhamento com os instrumentos de planejamento estratégico e a capacidade de operacionalização das ações necessárias dentro do prazo previsto<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Orientado pelo Manual para a elaboração do Plano de Dados Abertos do MP



O plano de dados abertos do MEC possui periodicidade bienal com possibilidade de revisões a qualquer tempo e será divulgado à sociedade por meio de sua publicação no sítio do MEC na Internet ([www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)), no Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](http://dados.gov.br)), assim como no Portal de Dados Abertos do MEC ([dadosabertos.mec.gov.br](http://dadosabertos.mec.gov.br)). Atualizações ou publicações de novos dados, serão divulgadas ao público externo e interno, por meio da Assessoria de Comunicação Social (ACS), sítio do MEC na Internet e Portal de Dados Abertos do MEC, ambos supracitados.

O cidadão poderá usar os canais de comunicação do MEC, propostos em seu sítio na internet, para relatar problemas técnicos ou inconsistências, como também fazer sugestões que serão insumo para o aperfeiçoamento e futuras revisões deste PDA.

## Introdução

O Ministério da Educação (MEC) é um órgão da administração federal direta, fundado no decreto n.º 19.402, em 14 de novembro de 1930, que trata da política nacional de educação em geral, compreendendo o ensino fundamental, médio e superior; a educação de jovens e adultos, seja profissional, especial ou à distância; a informação e pesquisa educacional; a pesquisa e extensão universitária; e o magistério, assim como a provisão de assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes.

Dentre os serviços ofertados ao cidadão, constantes na Carta de Serviços do MEC, publicada em seu sítio na internet, estão os de inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU); no Programa Universidade para Todos (ProUni); no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Profissional e Emprego (Pronatec) e no Programa de Financiamento Estudantil (Fies).





De acordo com o documento de Auditoria Operacional do Tribunal de Contas da União (TCU) nº TC 008.801/2015-0, *“as informações públicas relacionadas aos temas educacionais têm sido grande alvo de interesse pela sociedade brasileira. Segundo dados de 2014 do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU) e que permite a qualquer pessoa encaminhar pedidos de acesso à informação a órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, verificou-se que a educação foi a categoria que obteve a maior quantidade de solicitações feitas pelos usuários do sistema (21.652 pedidos).”*

Este mesmo documento relata que a Fundação do Conhecimento Aberto (Open Knowledge Foundation – OKF)<sup>2</sup>, organização sem fins lucrativos que busca promover o “conhecimento aberto”, entende que *“dados são considerados abertos quando qualquer pessoa pode livremente usá-los, reutilizá-los e redistribuí-los, estando sujeita a, no máximo, à exigência de creditar a autoria dos dados e a compartilhá-los pela mesma licença.”* Quando os dados são produzidos, coletados ou custodiados por autoridades públicas e disponibilizados em formato aberto, considera-se que estes são dados abertos governamentais.

No Brasil, uma definição de dados abertos pode ser encontrada no art. 2º, inciso VI, da Instrução Normativa 4/2012 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (STI/MP), que assim dispõe: *“dados abertos são dados públicos representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na rede mundial de computadores e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento”*.

<sup>2</sup> <http://br.okfn.org/> e <http://br.okfn.org/>



Os dados abertos governamentais são regidos por três leis propostas pelo ativista de governo aberto chamado *David Eaves*<sup>3</sup>:

- Se o dado não pode ser encontrado e indexado na web, ele não existe;
- Se o dado não estiver aberto e disponível em formato compreensível por máquina, ele não pode ser reaproveitado; e
- Se em algum dispositivo legal não permitir sua replicação, ele não é útil.

Considerando essas leis como premissas, oito princípios dos dados abertos governamentais foram definidos pelo *Open Government Data*<sup>4</sup>:

- **Completos:** Dados públicos são dados que não estão sujeitos a limitações válidas de privacidade, segurança ou controle de acesso, reguladas por estatutos;
- **Primários:** os dados são apresentados tais como os coletados na fonte, com o maior nível possível de granularidade e sem agregação ou modificação;
- **Atuais:** os dados são disponibilizados o quanto rapidamente seja necessário para preservar o seu valor;
- **Acessíveis:** os dados são disponibilizados para o público mais amplo possível e para os propósitos mais variados possíveis;
- **Processáveis por máquina:** os dados são razoavelmente estruturados para possibilitar o seu processamento automatizado;
- **Acesso não discriminatório:** os dados estão disponíveis a todos, sem que seja necessária identificação ou registro;
- **Formatos não proprietários:** os dados estão disponíveis em um formato sobre o qual nenhum ente detenha controle exclusivo;
- **Livres de licenças:** os dados não estão sujeitos a regulações de direitos autorais, marcas, patentes ou segredo industrial. Restrições razoáveis de privacidade, segurança e controle de acesso podem ser permitidas na forma regulada por estatutos;

<sup>3</sup> <http://dados.gov.br/dados-abertos>

<sup>4</sup> <https://opengovdata.org/> e <http://www.w3c.br/divulgacao/pdf/dados-abertos-governamentais.pdf>



## Plano de Dados Abertos – PDA MEC – 2016/2018

No contexto deste plano de dados abertos, considera-se como dado aberto aquele que atende às três leis e aos oito princípios citados acima.

Fundamentado na Constituição Federal, inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216, é mister do Ministério da Educação (MEC), o cumprimento do princípio da transparência e publicidade na administração pública, perscrutando também a Lei de Acesso a Informação (LAI), nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), cujos objetivos perpassam pela iniciativa da abertura de dados na Administração Pública, desenvolvida pela Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), coordenada pela Secretaria de Tecnologia da Informação – STI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP.

A abertura de dados promove essa transparência e, ao mesmo tempo, estimula o engajamento popular, ao aumentar a disponibilidade de informações atualizadas e de qualidade e por esse motivo, a ação de abertura de dados governamentais possui impacto direto na melhoria da gestão pública e estímulo ao controle social.

Neste contexto de transparência e ampliação das possibilidades de participação social, tendo em vista a constante evolução da oferta de melhores serviços, que respondam às exigências de transparência e prestação de contas à sociedade, o Ministério da Educação (MEC), por meio deste documento, institui seu Plano de Dados Abertos (PDA), por meio do qual, disponibiliza um plano de ação e todos os seus desdobramentos para a promoção da abertura de dados no âmbito da educação.

### **Objetivo Geral**

Suscitar a abertura de dados no Ministério da Educação (MEC), visando o cumprimento dos princípios da publicidade, transparência e eficiência, como também, a difusão de informações sob o âmbito deste Ministério, de forma a promover meios para o



controle social e ofertar subsídios mais qualificados à tomada de decisão por meio do compartilhamento de dados entre a Administração Pública e seus órgãos.

## **Objetivo Específico**

Tendo como base os objetivos gerais supracitados, a iniciativa de abertura de dados do MEC se propõe a:

- Incitar o conhecimento sobre as informações inerentes às ações de governo no contexto da educação;
- Promover os processos de transparência e de acesso a informações públicas para o controle social;
- Facilitar o processo de compartilhamento e cruzamento de dados pela sociedade e entre órgãos governamentais;
- Promover a melhoria contínua da qualidade dos dados disponibilizados;
- Impulsionar os processos de transparência e de acesso a informações públicas;
- Fomentar a governança de dados e práticas de gestão da informação estratégica como uma importante atividade organizacional.

## **Legislação e demais normativos**

Este plano considera, em toda a sua estrutura, os princípios e diretrizes dos normativos citados abaixo, e os deles decorrentes, estando assim, em conformidade com as orientações normativas da iniciativa de dados abertos coordenada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP):

- O disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que determina ao Poder Público a adoção de instrumentos de transparência na gestão fiscal em meios eletrônicos de acesso público às informações orçamentárias e prestações de contas;
- O Decreto Presidencial nº 6.666, de 27 de novembro de 2008, que instituiu a criação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE e determina que



o compartilhamento e disseminação dos dados geospaciais e seus metadados é obrigatório para todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, salvos os protegidos por sigilo;

- O Decreto s/ºn de 15 de setembro de 2011, que institui o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto, o qual estabelece o compromisso do governo de implantar a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA);
- A Instrução Normativa nº4 de 13 de abril de 2012, que cria a INDA e estabelece conceitos referentes a: dado, informação, dado público, formato aberto, licença aberta, dados abertos e metadado;
- O Plano de Ação da INDA, que institui a necessidade de os órgãos instituírem seus respectivos Planos de Abertura de Dados com vistas a uma Política Nacional de Dados Abertos e institui os elementos mínimos do documento, bem como orienta que a abertura de dados deve observar a relevância para o cidadão;
- O Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto (no âmbito da Parceria para Governo Aberto, *Open Government Partnership* – OGP), foi publicado em setembro de 2011 (Dec. s/ºn de 15/09/2011). Em 2013 houve a pactuação de novos compromissos (2º Plano de Ação), dentre eles: a) Abertura dos dados da execução do orçamento da União e das compras governamentais; b) Disseminação da cultura de abertura de dados públicos junto a governos locais; c) Tecnologias de suporte e modelos de licenciamento para a publicação de dados abertos; d) Proposta de disponibilização de informações dos sistemas governamentais em formatos de dados abertos; sob responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP);
- A criação e entrada em vigor da Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011, a chamada Lei de Acesso a Informação – LAI;
- Os parâmetros estabelecidos na e-PING - arquitetura de interoperabilidade do governo eletrônico, e os vocabulários e ontologias de Governo Eletrônico e-VoG e e-MAG - Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (instituído pela Portaria nº 03, de 07 de Maio de 2007);
- Os parâmetros estabelecidos no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional (PEI), bem como os relacionados às áreas de tecnologia da informação (PETI e PDTI), sob orientação da Estratégia Geral de Tecnologia da Informação – EGTI.

Este documento é um instrumento de planejamento e coordenação das ações de abertura dos dados do Ministério da Educação (MEC), válidas para o biênio (2016 a 2018) e não um detalhamento da internalização de práticas e ações.



## Cenário Institucional

Este Plano de Dados Abertos se relaciona e está alinhado com os seguintes instrumentos e instâncias de gestão do MEC:

### Planejamento Estratégico Institucional (PEI – 2015/2018)

O Planejamento e Monitoramento Estratégico do MEC têm como objetivo facilitar e aprimorar a coordenação entre as políticas educacionais e a legislação, em atenção às demandas da sociedade. O conjunto de processos e macroprocessos do MEC foram classificados em temáticas de atuação pertencentes a uma cadeia de valor. O PDA do MEC possui alinhamento com a temática de atuação da Cadeia de Valor intitulada *Planejamento e Gestão das Políticas Educacionais*, no processo *Fomentar a Transparência e Controle Social das Políticas Educacionais*<sup>5</sup>.

Este processo tem correlação com o princípio da transparência na Administração Pública Federal, que determina que o poder público deve dar publicidade de seus atos, facilitando o acesso à informação aos cidadãos, com publicações de informações por meio eletrônico e demais meios. Neste sentido, a administração pública deve promover transparência de seus atos, o que subentende a viabilização das condições para que o controle social possa ser exercido com efeito pela sociedade.

### Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI – 2014/2017)

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do MEC norteia o planejamento e monitoramento das metas e objetivos estratégicos da Diretoria de

<sup>5</sup> Referência: páginas 22 e 23 do Documento de Planejamento e Monitoramento Estratégico do MEC 2015-2018.



Tecnologia da Informação com objetivo de consolidar sua importância estratégica e garantir seu alinhamento às áreas de negócio da instituição.<sup>6</sup>

Em sua última versão, publicada em 27 de dezembro de 2013, é possível identificar atrelamento do PDA com o objetivo estratégico identificado como número 2, *Prover soluções especializadas, interoperáveis e acessíveis para viabilizar as ações e programas das Secretarias do Ministério da Educação*, na ação estratégica número 2.4, *Buscar interoperabilidade entre dados e informações*.

## Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI – 2014/2016)

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação do MEC foi construído de forma colaborativa entre as coordenações e áreas correlatas da DTI, onde foram estabelecidos princípios e diretrizes que norteiam a TI, necessidades, ações, metas, planos e previsão orçamentária para os investimentos tecnológicos<sup>7</sup>.

Este plano de dados abertos (PDA) encontra alinhamento com o princípio da *Assistência efetiva ao relacionamento entre o MEC e a sociedade*, estabelecido no PDTI do MEC. Este princípio determina que as soluções de TI devem contribuir para o crescimento e o desenvolvimento da comunicação efetiva entre o MEC e a sociedade<sup>8</sup>.

Encontra-se aderência também nas diretrizes 21, *As ações relacionadas aos sistemas de informação devem atender aos padrões estabelecidos para governança, formatação e correlação de dados e informação (Big Data)*; 22, *Aderência aos Padrões de Interoperabilidade de Governo eletrônico (e-Ping)*; e 23, *Aderência aos Padrões de*

<sup>6</sup> Referência: página 4 do PET do MEC versão de dezembro de 2013.

<sup>7</sup> Referência: página 6 do PDTI da DTI do MEC versão de setembro de 2014.

<sup>8</sup> Referência: página 12 do PDTI da DTI do MEC versão de setembro de 2014.



*Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG), visando assegurar, de forma progressiva, a acessibilidade de serviços e sistemas de Governo Eletrônico.*

Conjuntamente, o PDA está relacionado ao PDTI do MEC, quando considerado o plano de ação número 8, cuja meta é *Tornar os sistemas aderentes aos padrões do e-Ping* (Padrão de Interoperabilidade do Governo Federal) e o de número 9, com a meta de *Adaptar os Sistemas para Utilização da Arquitetura de Dados Corporativa Baseada na Adoção da Estratégia de Dados Principais (Master Data)*.

Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI – abrangência: órgãos do SISP – 2013/2015)

De acordo com o documento *Estratégia Geral de Tecnologia da Informação do SISP 2013-2015*, publicado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), por meio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), “a *Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI)* é um instrumento de gestão do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), que traça a direção da Tecnologia da Informação (TI), definindo o plano estratégico que visa promover a melhoria contínua da gestão e governança de TI, assim como a sustentação da infraestrutura, além de subsidiar os órgãos do Sistema na elaboração dos Planejamientos de Tecnologia da Informação.”

Dentre as perspectivas elencadas pela EGTI – SISP, o PDA se identifica com a perspectiva nomeada *Sociedade*, cujo objetivo é o de *Melhorar a continuidade e a prestação de serviços e a transparência de informações à sociedade*. Este objetivo estratégico propõem a promoção e melhoria dos serviços prestados a sociedade, por intermédio das





ações de TI que cooperem para a democratização e transparência no acesso às informações públicas e, na conscientização dos direitos e deveres do cidadão<sup>9</sup>.

O indicador correspondente a este objetivo, com alinhamento ao PDA é o de número 9.4, *Número de órgãos que disponibilizam conjunto de dados no Portal de Dados Abertos*. E as iniciativas estratégicas desta perspectiva que também se relacionam ao PDA são a de número 9.5, *Ampliar o acesso às informações e serviços públicos*.

### Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA)

De acordo com o portal do governo eletrônico<sup>10</sup>, “*A Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) é um conjunto de padrões, tecnologias, procedimentos e mecanismos de controle necessários para atender às condições de disseminação e compartilhamento de dados e informações públicas no modelo de Dados Abertos, em conformidade com o disposto na e-PING.*” Portanto, a INDA é a política do governo brasileiro que define uma série de diretrizes para a abertura de dados.

Por meio do seu Comitê Gestor, a INDA divulga materiais de apoio com intuito de orientar as ações e políticas de dados abertos como: Cartilha Técnica para Publicação de Dados Abertos no Brasil; seguido pelo, Guia de Abertura de Dados; complementado pelos materiais: Arquitetura Técnica Referencial de Abertura de Dados, Manual para a Elaboração de Planos de Dados Abertos e Kit de dados abertos.

Este plano de abertura de dados (PDA), assim como as demais ações para sua execução, considera estes materiais, assim como o modelo e as diretrizes deste Comitê Gestor.

<sup>9</sup> Referência: página 27 do EGTI – SISP 2013-2015.

<sup>10</sup> <http://www.governoeletronico.gov.br/>



## Metodologia de construção e validação do documento

A construção deste documento foi realizada pela Secretaria Executiva do MEC, por meio de colaboradores que participaram de oficinas sobre construção do plano de dados abertos oferecidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), como também, de reuniões com membros da equipe de dados abertos do MP, para saneamento de dúvidas e direcionamentos.

Durante o processo de construção deste PDA e ao seu término, revisões foram realizadas conforme registros na página 3 deste documento, no item Versionamento e Histórico de Revisões.

## Definição dos dados a serem abertos

A definição dos primeiros conjuntos de dados a serem abertos pelo MEC e, portanto, priorizados, foi realizada de forma a atender as solicitações do Acórdão TCU 3022/2015 considerando sobretudo, a relevância das informações para a sociedade, a capacidade de operacionalização das ações necessárias dentro do prazo previsto e o alinhamento com os instrumentos de planejamento estratégico, de forma a garantir os princípios a publicidade e da transparência da administração pública.

### ***Critérios utilizados para priorização dos dados a serem abertos***

- Atendimento ao Acórdão TCU 3022/2015 quanto a abertura de dados de alguns dos programas assistidos pelo Ministério da Educação (MEC);
- Capacidade de operacionalização das ações de abertura necessárias de forma a corresponder ao prazo previsto pelo Acórdão TCU 3022/2015;
- Nível de maturidade e organização das informações pertencentes aos conjuntos de dados a serem abertos;



- Grau de relevância para a sociedade observado pelas demandas encaminhadas via e-SIC, e pelas páginas de maior acesso no sítio do MEC;
- Normativos legais e os compromissos formalmente assumidos pelo Ministério, inclusive perante organismos internacionais como Open Government Partnership (OGP);
- Alinhamento perante o Planejamento Estratégico Institucional (PEI);
- Conjunto de informações sob a gestão do MEC, em especial àquelas que são de uso transversal entre os órgãos da Administração Pública Federal;

Neste íterim, os principais conjuntos de dados que atendem aos critérios de priorização citados à cima, e permitem a disponibilização em formato aberto são:

- Programa Universidade para Todos – ProUni<sup>11</sup>;
  - *“Programa que concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior.”*
- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC<sup>12</sup>;
  - *“Programa com objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, que busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada de jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda. É constituído por cinco iniciativas: Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Programa Brasil Profissionalizado; Rede e-Tec Brasil; Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem e, Bolsa-Formação.”*
- Programa Mais Educação (PME)<sup>13</sup>
  - *“O Programa Mais Educação constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em*

<sup>11</sup> Definição retirada do sítio: <http://siteprouni.mec.gov.br/>

<sup>12</sup> Definição do programa retirada do sítio: <http://pronatec.mec.gov.br/inscricao/>

<sup>13</sup> Definição do programa retirada do sítio: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao?id=16689>



*educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.”*

## **Dados com compromisso de abertura**

Seguindo a disposto no Acórdão TCU 3022/2015, os dados com compromisso de abertura, nesta iniciativa, são:

### Programa Universidade para Todos – ProUni

Abertura dos dados referentes ao detalhamento quantitativo das bolsas concedidas por ano, segmentadas por região, unidade federativa e município, instituição de educação superior, nome do curso, modalidade de ensino (presencial ou a distância – EAD), turno e tipo de bolsa. Também fará parte deste conjunto de dados o acesso a informações pertinente ao detalhamento do perfil dos beneficiários por gênero, raça, faixa etária e pessoas com deficiência.

### Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC

Publicação da lista de todas as instituições da Rede Federal de EPCT, com detalhamento de nome, município e data de autorização de funcionamento, assim como, quantidade de matrículas atendidas, quantidade de novas matrículas e quantidade de concluintes por iniciativa do PRONATEC, com a especificação da unidade, tipo de curso, nome do curso, tipo da oferta e modalidade de ensino da Rede Federal de EPCT. Também serão disponibilizadas informações sobre a quantidade de Professores EBTT e Técnicos Administrativos em Educação (TAE) segmentados por campus, instituição, qualificação e nível funcional. Valor total disponibilizado por instituição via matriz orçamentária ou descentralização e situação das obras da expansão da Rede e de reestruturação, similarmemente, farão parte do conjunto de dados a serem abertos.



## Programa Mais Educação (PME)

Disponibilização das informações inerentes ao número de escolas municipais e estaduais que tiveram seus planos de atendimento do Programa Mais Educação aprovados.

### **Dados com possibilidade de abertura**

#### Sistema de Seleção Unificada – SiSU

*“É o programa do Ministério da Educação (MEC) que visa selecionar candidatos às vagas das instituições públicas de ensino superior que utilizam a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como única fase de seu processo seletivo.”<sup>14</sup>*

Grande parte dos dados deste programa estão em formato compatível com a plataforma de disponibilização de dados abertos e disponíveis no Portal de Gestão do MEC que é de uso restrito a gestores internos, sendo também cerne das respostas aos e-SICs sobre ensino superior.

#### Monitoramento da frequência escolar do Programa Bolsa Família - Presença

*“O Ministério da Educação (MEC) acompanha a frequência escolar de alunos do Programa Bolsa-Família uma vez que, ao serem incluídas no programa, as famílias assumem o compromisso de matricular e garantir a permanência das crianças e jovens na escola. Essa contrapartida é um importante instrumento de inclusão social. O objetivo é combater a evasão e estimular a progressão escolar pelo acompanhamento individual das razões da baixa frequência do educando ou abandono da escola. Esse monitoramento permite diagnosticar o que está dificultando a vida escolar do aluno. Com base nesses*

<sup>14</sup> Definição do programa retirada do site do MEC ([www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br))



*dados, o Poder Público define ações para estimular a permanência e o sucesso escolar dos beneficiários.”<sup>15</sup>*

Os dados relacionados ao monitoramento da frequência escolar estão organizados em uma série histórica e podem ser disponibilizados em formato aberto a médio prazo, após conclusão de adaptações necessárias ao formato exigido na plataforma de gestão de indicadores.

### ***Dados selecionados para abertura***

Considerando o cumprimento do Acórdão 3022/2015 do TCU e demais critérios de priorização quanto a abertura de dados, mencionados anteriormente, estabeleceu-se como meta, no contexto deste PDA, promover a abertura dos conjuntos de dados listados abaixo, salientando, que reuniões foram realizadas com os gestores responsáveis por cada conjunto de dados, para discutir e validar, de forma colaborativa, os conteúdos e critérios para a abertura. Demais conjuntos de dados, referenciados no Acórdão 3022/2015 do TCU, que não estão presentes neste PDA serão abordados no PDA dos órgãos vinculados FNDE e INEP.

- Programa Universidade para Todos – ProUni;
  - É de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC) por meio de sua Diretoria de Políticas e Programas de Graduação da Secretaria de Ensino Superior (DIPES/SESU).
  - Origem dos dados: barramento de dados do MEC;
  - Periodicidade de atualização: anual;
  - Escopo temporal dos dados: anual;
  - Escopo geopolítico: região, unidade federativa e municípios.

---

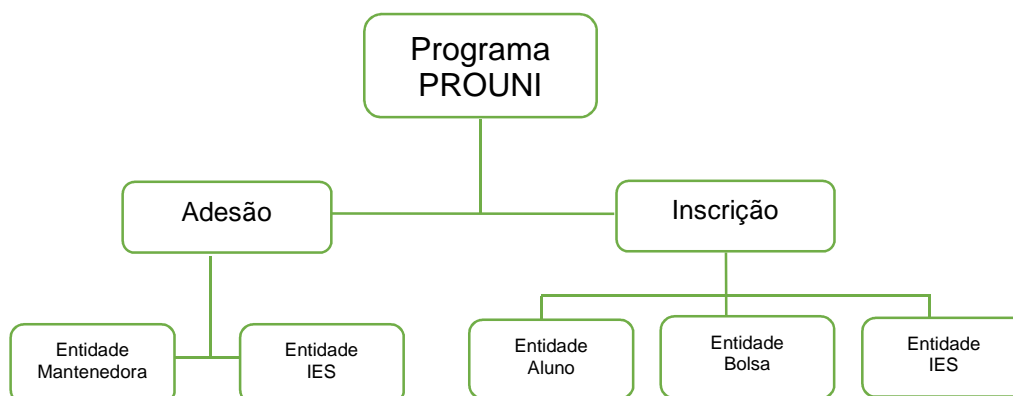
<sup>15</sup> Definição do programa retirada do sítio: <http://portal.mec.gov.br/acompanhamento-da-frequencia-escolar>



- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC;
  - É de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC) por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).
  - Origem dos dados: sistema SISTEC e barramento de dados do MEC, DWSistec;
  - Periodicidade de atualização: semestral;
  - Escopo temporal dos dados: semestral;
  - Escopo geopolítico: região, unidade federativa, mesorregião, microrregião e municípios.
- Programa Mais Educação (PME)
  - Origem dos dados: barramento de dados do MEC;
  - Periodicidade de atualização: anual;
  - Escopo temporal dos dados: anual;
  - Escopo geopolítico: esfera de governo, estado, município e período do programa.

### ***Padrões de organização e formatação dos dados a serem publicados***

Os dados que serão acessíveis sob licença aberta deverão seguir um padrão de organização onde as informações estarão segmentadas por programa, por entidades de negócio, e alguns destes, por fase do programa, conforme ilustrado a seguir.





Quanto a formatação dos dados a serem abertos, de acordo com o documento “*Arquitetura Técnica Referencial para Abertura de Dados*” produzido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), “*A grande inovação na proposta de Dados Abertos é a possibilidade de acesso a dados de forma automatizável, ou seja, interação máquina-máquina*”. Para atender este objetivo, o conjunto de dados a ser disponibilizado deve estar em um formato amplamente conhecido, sendo imprescindível que estejam em formato estruturado, ou seja, que possibilite seu uso irrestrito e automatizado.

A formatação a ser adotada pelos dados a serem abertos pelo MEC, seguirá as especificações de formatos de dados não proprietários definidos pelo e-PING (Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico) para tratamento e transferência de dados como, por exemplo, XML (Extensible Markup Language), JSON (Javascript Object Notation), XSL (Extensible Stylesheet Language) e o XSLT.

## **Análise de risco de abertura de dados protegidos por sigilo**

Conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) em seu documento de Auditoria Operacional nº TC 008.801/2015-0, a existência de mecanismos que permitam avaliar a confidencialidade e eventual necessidade de restrição de acesso a informações sigilosas ou pessoais reduz o risco de que tais informações sejam inadvertidamente publicadas no formato de dados abertos.

Neste PDA, cada conjunto de dados com compromisso de abertura é associado a um gestor e área responsável. Segundo informações colhidas junto a estes gestores, é parte de suas atribuições, a responsabilidade de autorizar o uso e avaliar a eventual necessidade de





controle de acesso às informações da base, com especial atenção àquelas de cunho pessoal.

Dessa forma, esses gestores deverão adotar algum procedimento de anonimização de dados pessoais, ou seja, medida que busca impedir a identificação das pessoas referenciadas nas bases de dados ao excluir ou mascarar, total ou parcialmente, determinados atributos tais como nome, número de telefone ou outros documentos de identificação dos indivíduos, de forma que não sejam incluídas informações pessoais, ou protegidas por sigilo, no conjunto dos dados que serão publicados por meio deste PDA.

## Estratégia para Abertura dos Dados

Tendo em vista o Manual para elaboração de Plano de Dados Aberto, publicado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), como também alinhamentos definidos pelas áreas e pessoal envolvido na execução deste PDA, algumas estratégias foram adotadas tentando a execução de um plano de ação, definido em consonância com as premissas e requisitos mínimos de qualidade apresentados a seguir.

### **Premissas**

- Seguir os padrões definidos pela e-PING, pela Infraestrutura Nacional de Dados Abertos - INDA e pela Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE e Governo Eletrônico, quando da publicação de dados;
- Considerar as normas e padrões da INDE ao se publicar dados georreferenciados;
- Publicar com celeridade dados considerados relevantes à sociedade, em formato adequado e informando, quando necessário, eventuais limitações de qualidade dos dados;
- Publicar sempre que possível, dados e metadados conforme estabelecido no Plano de Ação da INDA;
- Catalogar os dados geoespacializados na INDE;



- Catalogar os dados abertos no Portal Brasileiro de Dados Abertos;
- Promover a integração entre os catálogos de metadados INDA e INDE;
- Manter a atualização dos dados publicados com a origem, com a menor periodicidade e maior granularidade possível;
- Difundir publicações e atualizações de dados abertos por meio do ambiente do Portal Brasileiro de Dados Abertos do Governo Federal e página institucional de dados abertos do MEC ([dadosabertos.mec.gov.br](http://dadosabertos.mec.gov.br)).

### **Requisitos mínimos de qualidade dos dados**

De acordo com (ECKERSON, 2002), muitos projetos de informação fracassaram, no fim da década de 1990, em razão de problemas de qualidade de dados. Em decorrência disso, deu-se início à preocupação para o custo efetivo causado por dados de baixa qualidade. Segundo (REDMAN, 2001), “*dados ruins podem significar decisões equivocadas, acarretando perdas para as organizações.*”

A vasta literatura sobre qualidade de dados nos direciona ao entendimento de que dados com melhor qualidade geram informações mais precisas, que por sua vez, garantem uma melhor utilização dos conhecimentos adquiridos, trazendo uma maior confiança e satisfação por parte dos consumidores destas informações.

Existem diferentes definições para o termo “Qualidade de Dados” porém, um dos mais aceitos é o de (WANG & STRONG, 1996) que o definem como “[...] *dados que estão prontos para uso pelos consumidores de dados*”.

De acordo com estes autores, a qualidade de dados possui quatro categorias específicas constituídas por quinze dimensões conforme imagem a seguir<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Adaptado de WANG & STRONG, 1996



Considerando a literatura a respeito da qualidade de dados, os requisitos mínimos de qualidade a serem observados nos dados a serem abertos nesta iniciativa serão avaliados e qualificados individualmente, de acordo com cada conjunto de dados a ser aberto.

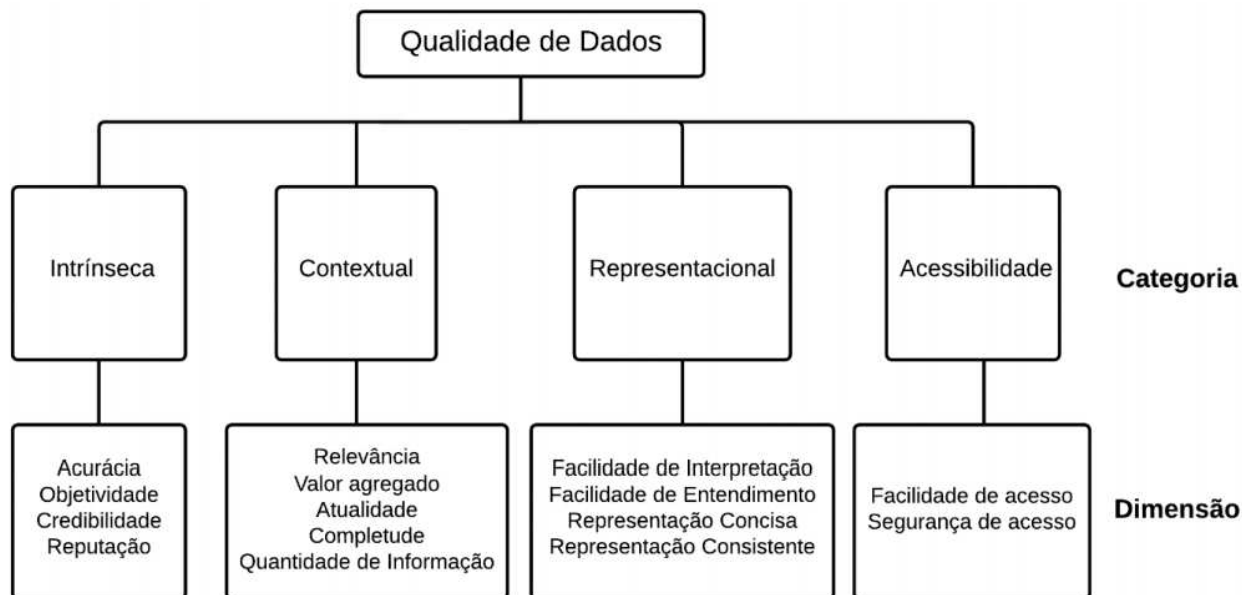


Figura 1 – Dimensões e Categorias da Qualidade de Dados.

## Plano de ação

A execução do PDA do MEC seguirá as etapas, sugeridas pelo Kit de dados abertos,<sup>17</sup> apresentadas na imagem abaixo.

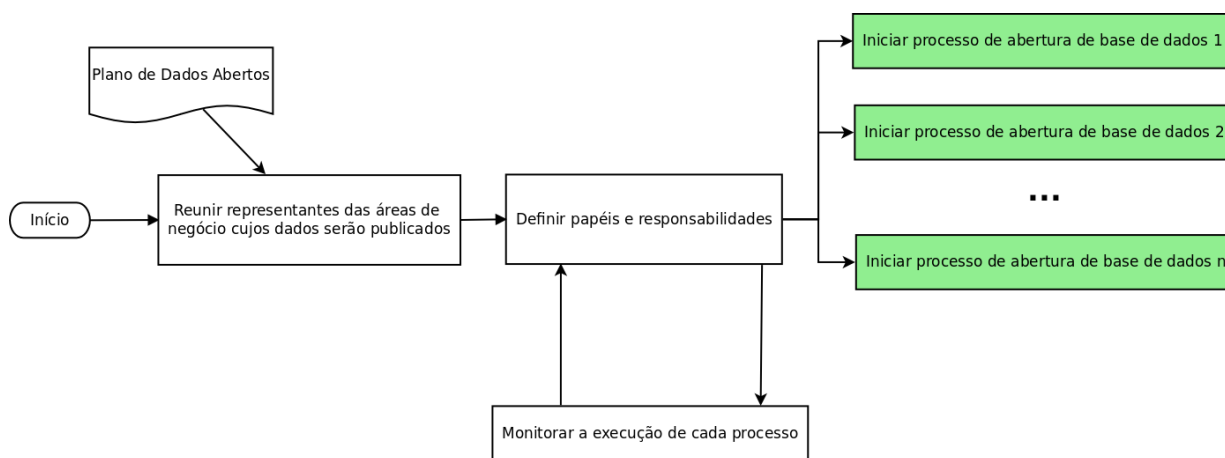


Figura 2 – Etapas de execução do PDA.

<sup>17</sup> <http://kit.dados.gov.br/Execu%C3%A7%C3%A3o-do-PDA/>



## Plano de Dados Abertos – PDA MEC – 2016/2018

As atividades inerentes ao plano de ação assim como, cronograma com prazos previstos são apresentadas a seguir:

Conjunto de Dados	Atividades	Produtos	Cronograma		Unidades Responsáveis	Ponto Focal
			Início	Fim		
ProUni	Identificar as origens e formatos dos dados	<u>Inventário</u> do acesso aos bancos, tabelas ou planilhas	04/07/16	18/07/16	SESU (MEC)	JoseViegas@mec.gov.br
					SE (MEC)	Hugo.Lobo@mec.gov.br RenatoMachado@mec.gov.br
	Definir e descrever o lote de dados a serem abertos	<u>Dicionário negocial</u> do conjunto de dados priorizados para abertura	18/07/16	31/08/16	SESU (MEC)	JoseViegas@mec.gov.br
					SE (MEC)	Hugo.Lobo@mec.gov.br RenatoMachado@mec.gov.br
	Definir estratégias para obtenção e extração dos dados	<u>Documento</u> de regras de obtenção	01/09/16	30/09/16	SESU (MEC)	JoseViegas@mec.gov.br
					SE (MEC)	Hugo.Lobo@mec.gov.br RenatoMachado@mec.gov.br
	Construir e executar o processo de extração e carga dos dados	<u>Mapa</u> de extração e carga	03/10/16	20/11/16	DTI (MEC)	DeniseSousa@mec.gov.br
Validar informações a serem disponibilizadas	<u>Termo</u> de Validação de Informações	21/11/16	13/12/16	SESU (MEC)	JoseViegas@mec.gov.br	
				SE (MEC)	Hugo.Lobo@mec.gov.br RenatoMachado@mec.gov.br	
Publicar dados em formato de dados abertos (dados.gov e sítio do MEC)	<u>Arquivos</u> de dados abertos	14/12/16	27/12/16	SESU (MEC)	JoseViegas@mec.gov.br	
				SE (MEC)	FernandoCardona@mec.gov.br	
PRONATEC	Identificar as origens e formatos dos dados	<u>Inventário</u> do acesso aos bancos, tabelas ou planilhas	04/07/16	18/07/16	SETEC (MEC)	CamilaFasolo@mec.gov.br
					SE (MEC)	RenatoMachado@mec.gov.br
	Definir e descrever o lote de dados a serem abertos	<u>Dicionário negocial</u> do conjunto de dados priorizados para abertura	18/07/16	31/08/16	SETEC (MEC)	CamilaFasolo@mec.gov.br
					SE (MEC)	RenatoMachado@mec.gov.br
	Definir estratégias para obtenção e extração dos dados	<u>Documento</u> de regras de obtenção	01/09/16	30/09/16	SETEC (MEC)	CamilaFasolo@mec.gov.br
					SE (MEC)	RenatoMachado@mec.gov.br
	Construir e executar o processo de extração e carga dos dados	<u>Mapa</u> de extração e carga	03/10/16	20/11/16	DTI (MEC)	DeniseSousa@mec.gov.br
Validar informações a serem disponibilizadas	<u>Termo</u> de Validação de Informações	21/11/16	13/12/16	SETEC (MEC)	CamilaFasolo@mec.gov.br	
				SE (MEC)	RenatoMachado@mec.gov.br	
Publicar dados em formato de dados abertos (dados.gov e sítio do MEC)	<u>Arquivos</u> de dados abertos	14/12/16	27/12/16	SETEC (MEC)	CamilaFasolo@mec.gov.br	
				SE (MEC)	FernandoCardona@mec.gov.br	
PME	Identificar as origens e formatos dos dados	<u>Inventário</u> do acesso aos bancos, tabelas ou planilhas	04/07/16	18/07/16	SEB (MEC)	LoyaneTavares@mec.gov.br
					SE (MEC)	Rafael.Escolastico@mec.gov.br RenatoMachado@mec.gov.br
	Definir e descrever o lote de dados a serem abertos	<u>Dicionário negocial</u> do conjunto de dados priorizados para abertura	18/07/16	31/08/16	SEB (MEC)	LoyaneTavares@mec.gov.br
					SE (MEC)	Rafael.Escolastico@mec.gov.br RenatoMachado@mec.gov.br
	Definir estratégias para obtenção e extração dos dados	<u>Documento</u> de regras de obtenção	01/09/16	30/09/16	SEB (MEC)	LoyaneTavares@mec.gov.br



					SE (MEC)	Rafael.Escolastico@mec.gov.br RenatoMachado@mec.gov.br
	Construir e executar o processo de extração e carga dos dados	<u>Mapa</u> de extração e carga	03/10/16	20/11/16	DTI (MEC)	DeniseSousa@mec.gov.br
	Validar informações a serem disponibilizadas	<u>Termo</u> de Validação de Informações	21/11/16	13/12/16	SEB (MEC)	LoyaneTavares@mec.gov.br
	Publicar dados em formato de dados abertos (dados.gov e sítio do MEC)	<u>Arquivos</u> de dados abertos	14/12/16	27/12/16	SE (MEC)	Rafael.Escolastico@mec.gov.br RenatoMachado@mec.gov.br
					SEB (MEC)	LoyaneTavares@mec.gov.br
					SE (MEC)	FernandoCardona@mec.gov.br

### **Catálogo no Portal Brasileiro de Dados Abertos**

A catalogação dos dados a serem abertos é uma etapa do processo de implementação da política de dados abertos do MEC e pode ser identificada na atividade “Publicar dados em formato de dados abertos” presente na planilha acima. De acordo com o Portal Brasileiro de Dados Abertos<sup>18</sup>, “A catalogação de dados no portal é realizada por pessoas dos órgãos que participam da INDA que são previamente cadastradas no portal para essa atividade.”

Valendo-se de que os representantes da INDA junto ao MEC fazem parte da Secretaria Executiva, estes ficarão incumbidos por definir uma Força Tarefa (FT) encarregada pela atividade de catalogação e publicação dos conjuntos de dados, composto por dois representantes da INDA e três representantes da Secretaria Executiva que tenham participado das oficinas do MP e da construção deste PDA. Estes representantes estão capacitados quanto ao uso do Manual de Catalogação e da Cartilha Técnica para Publicação de Dados Abertos no Brasil v1.0 para realizar o cadastro, manutenção e revisão de cada conjunto de dados de acordo com a normas do Portal Brasileiro de Dados Abertos.

<sup>18</sup> <http://dados.gov.br/cadastrar-organizacao/>



O cadastro dos mantenedores dos metadados será de responsabilidade da Secretaria Executiva por meio de seus representantes INDA, assim como, a catalogação, no âmbito da INDE, de possíveis dados georreferenciados.

Portanto, a catalogação, manutenção e revisão dos conjuntos de dados abertos será realizada por meio dos membros da Força Tarefa para Catalogação e Publicação, sob a coordenação e apoio da Secretaria Executiva.

## Sustentação

A abertura de dados é uma iniciativa que requer uma contínua e permanente curadoria sobre a publicação dos dados, encarregada por manter as ações de abertura, catalogação e publicação dos dados do MEC.

Caberá à Secretaria Executiva a definição de outra força tarefa chamada de Força Tarefa para Curadoria, incumbida da curadoria dos metadados no Portal Brasileiro de Dados Abertos. Esta força tarefa será composta por representantes da Assessoria de Comunicação Social (ACS) e Secretaria Executiva do MEC.

A Força Tarefa para Curadoria será encarregada pela avaliação da qualidade e constância dos conjuntos de dados publicados, assim como pelo suporte ao processo de publicação por meio das seguintes atividades:

### Atualização

- Garantir a notificação aos usuários sempre que houver atualização ou novas publicações;
- Analisar se os dados a serem atualizados ou publicados estão de acordo com os padrões da INDA e INDE;
- Testar a usabilidade dos arquivos publicados e notificar à Secretaria Executiva quaisquer problemas de publicação ou de atualização.



## Manutenção

- Informar à Secretaria Executiva casos de indisponibilidade ou erros nos arquivos catalogados;
- Identificar e elaborar propostas para melhorias de qualidade dos dados disponibilizados;
- Analisar as solicitações de informações mais recorrentes no e-SIC e Central de Atendimento do MEC<sup>19</sup> e sugerir novos conjuntos de dados candidatos à abertura de dados;
- Prever formas para garantir a disponibilidade dos dados abertos, bem como a incorporação do processo de abertura dentro da rotina do órgão;
- Garantir não só a sustentabilidade, mas a melhoria contínua do processo de publicação e atualização.

## Governança

A abertura de dados em instituições governamentais é uma ação interdepartamental que envolve alta gestão, área de gestão das informações, áreas de negócio, entre outras. Essas diversas áreas precisam interagir, de modo que todo o processo seja coerente e contínuo. Além disso, programas de abertura de dados podem implicar em mudanças organizacionais, culturais, e por fim tecnológicas.

Nesse contexto, a fim de que a abertura de dados governamentais seja um processo perene e sustentável no âmbito do MEC é importante que a alta administração tenha governança sobre as ações de abertura de dados.

De acordo com Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública, elaborado pelo TCU<sup>20</sup>, “a alta administração da organização possui

<sup>19</sup> Central de Atendimento MEC (0800-616161)

<sup>20</sup> <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A24F0A728E014F0B34D331418D>



*papel fundamental na divulgação de dados públicos de maneira ampla e aberta. Não é sem motivo que boas práticas apontam o apoio da alta administração como um fator chave para que programas de abertura de dados operem de maneira sustentável e sejam efetivos. A instituição precisa perceber que a alta administração considera a abertura de dados importante e que está disposta a investir os recursos necessários para viabilizá-la”.*

A estrutura de governança dos dados abertos do MEC envolve quatro atores com papéis e responsabilidades definidos: Comitês Gestores (atores externos), responsáveis pelas diretrizes mestras da política nacional de abertura de dados; Secretaria Executiva, incumbida da governança dos dados abertos no âmbito do Ministério da Educação; Força Tarefa para Catalogação e Publicação, a qual se atribui a catalogação, manutenção e revisão dos conjuntos de dados abertos; Força Tarefa para Curadoria, encarregada pela curadoria dos metadados; e Áreas Departamentais responsáveis pelos dados e suas regras negociais.

Por meio da governança, a Secretaria Executiva pretende definir diretrizes sobre a publicação dos dados oficiais, estabelecer responsabilidades ligadas à abertura de dados, realizar o acompanhamento das ações de abertura de dados avaliando a efetividade dessas ações e procedendo ajustes, quando necessários, para garantir a obtenção dos resultados esperados e administrar os recursos para execução de ações ligadas à abertura de dados e gerir as atividades das forças tarefas.

## **Monitoramento e controle**

Permanecerá sob a responsabilidade da Secretaria Executiva a função de aprovar, deliberar e acompanhar a execução do PDA no nível estratégico, analisando indicadores, acompanhando as atividades do plano de ação e aprovando seus produtos. Também será seu dever manter o alinhamento do PDA com os instrumentos de planejamento aplicados





no âmbito do MEC, em colaboração com demais Áreas Departamentais afetadas, persistindo também a incumbência de acompanhar o PDA quanto aos prazos, cronogramas e gestão da comunicação entre os envolvidos.

A Secretaria Executiva deverá divulgar anualmente um relatório de prestação de contas para publicitação dos dados disponibilizados. Este relatório deverá conter informações sobre os conjuntos de dados abertos no período, o conjunto de dados com previsão de abertura para o próximo período e estatísticas sobre as consultas ou acessos aos dados divulgados.

### ***Melhoria da qualidade dos dados***

As Áreas Departamentais são proprietárias e responsáveis pelos conjuntos de dados e portanto, encarregadas de levantar e catalogar suas informações, coordenar os processos de abertura, prezando pelo cumprimento do PDA podendo também, propor alterações a este e, prezar pela melhoria contínua da qualidade e confiabilidade dos dados publicados.

O PDA do MEC tem como referência quanto a melhoria da qualidade dos dados abertos, o documento intitulado Modelo de Maturidade de Dados Abertos da INDA que institui os seguintes critérios:

- Os dados abertos devem conter a possibilidade de serem acessados diretamente, por meio de URL única, ou seja, passível de ser reproduzida e compartilhada, sem necessidade de navegação na página para seu acesso;
- Tabelas mantidas em arquivos PDF (relatórios, por exemplo), devem estar contidas também em arquivos próprios para sua estruturação (como csv e odt), e serem referenciadas por esses relatórios;
- Dados disponibilizados devem ser feitos em formatos abertos, conforme formatos recomendados pela e-PING;



- Os dados publicados devem conter um conjunto mínimo de metadados, conforme a cartilha técnica para publicação de dados<sup>21</sup>.

## Comunicação e participação social

A página do MEC na internet será o meio de comunicação institucional e com a sociedade quanto a publicitação do PDA, sua governança e revisões. Sendo assim, sempre que ocorrer atualização ou inserção de novos dados, ações de comunicação serão realizadas por meio da página do MEC na internet, coordenadas pela Força Tarefa para Curadoria ou Assessoria de Comunicação Social (ACS), de forma a haver ampla divulgação interna e externa.

Os canais de comunicação do MEC como sua página na internet (<http://www.mec.gov.br/>) e Central de Atendimento (0800 -616161) estarão disponíveis para recebimento de dúvidas, solicitações e sugestões de evolução do PDA, assim como, para o informe sobre problemas técnicos ou inconsistências encontradas nos dados publicados.

---

<sup>21</sup> <http://dados.gov.br/cartilha-publicacao-dados-abertos/>



## Referências

- SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (STI), [SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SLTI)], MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG). "Cartilha Técnica para Publicação de Dados Abertos no Brasil v1.0", 2012. Disponível em:<<http://www.dados.gov.br/cartilhapublicacao-dados-abertos/>>. Acessado em: 05 Abril 2016.
- SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (STI), [SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SLTI)], MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG). "Manual para a Elaboração de Plano de Dados Abertos". Disponível em:<[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/governo-aerto/copy\\_of\\_manual\\_elaboracao\\_plano\\_dados\\_abertos.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/governo-aerto/copy_of_manual_elaboracao_plano_dados_abertos.pdf)>. Acessado em: 05 Abril 2016.
- BRASIL, 2011. "Lei de Acesso a Informação": LAI, Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acessado em: 05 Abril 2016.
- BRASIL, 2000. "Lei da Transparência": Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)>. Acessado em: 05 Abril 2016.
- BRASIL, 2000. "Portal da Transparência": Disponível em:<<http://www.transparencia.gov.br/>>. Acessado em 05 Abril 2016.
- Governo eletrônico. "Arquitetura de Interoperabilidade do Governo Eletrônico - e-PING". Disponível em:<[www.governoeletronico.gov.br](http://www.governoeletronico.gov.br)> e <<http://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br/legislacao/portaria-no-05-de-14-de-julho-de-2005>>. Acessado em 05 Abril 2016.
- SISP. "Estratégia Geral de Tecnologia da Informação – EGTI". Disponível em:<[http://www.sisp.gov.br/egti/wiki/download/file/EGTI\\_2013-2015\\_v1\\_1.pdf](http://www.sisp.gov.br/egti/wiki/download/file/EGTI_2013-2015_v1_1.pdf)>. Acessado em 08 Abril 2016.
- Governo eletrônico. "Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico - e-MAG". Disponível em:<<http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/e-MAG>>. Acessado em 08 Abril 2016.
- Governo eletrônico. "Vocabulários e Ontologias de Governo Eletrônico - e-vog". Disponível em:<<http://vocab.e.gov.br>>. Acessado em 05 Abril 2016.
- Governo eletrônico. "Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico – VCGE". Disponível em:<<http://vocab.e.gov.br/2011/03/vcge>>. Acessado em 05 Abril 2016.
- Governo eletrônico. "Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA". Disponível em:<<http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/Dados-Abertos/indainfraestrutura-nacional-de-dados-abertos>>. Acessado em 08 Abril 2016.
- Governo eletrônico. "Instrução Normativa nº4 de 13 de abril de 2012, INDA". Disponível em:<<http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/instrucao-normativada-infraestrutura-nacional-de-dados-abertos-2013-inda/download>>. Acessado em 08 Abril 2016.
- Governo eletrônico. "Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – CGINDA". Disponível em:<<http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/instrucao-normativada-infraestrutura-nacional-de-dados-abertos-2013-inda/download>>. Acessado em 05 Abril 2016.
- Governo eletrônico. "PLANO DE AÇÃO DA INDA". Disponível em:<<http://wiki.gtinda.ibge.gov.br/GetFile.aspx?File=%2fGT1-Gest%c3%a3o%20e%20Normativo%2fPlano%20de%20A%c3%a7%c3%a3o%20-%20INDA%2005.02.2013.odt>>. Acessado em 12 Abril 2016.
- Governo eletrônico. "Guia de Abertura de Dados da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos". Disponível em:<<http://www.consultas.governoeletronico.gov.br/ConsultasPublicas/consultas.do;jsessionid=C13E5697FF43725DB0020A8BD15E77AB?acao=exibir&id=93>>. Acessado em 12 Abril 2016.
- INDE. "Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE". Disponível em:<<http://inde.gov.br/>>. Acessado em 12 Abril 2016.
- Ministério da Educação e Cultura. "Portal da Educação". Disponível em:<<http://mec.gov.br/>>. Acessado em 05 Abril 2016.
- Ministério da Educação e Cultura. "Carta de Serviços ao Cidadão". Disponível em:<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=24851-carta-de-servicos-ao-cidadao-mec-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=24851-carta-de-servicos-ao-cidadao-mec-pdf&Itemid=30192)>. Acessado em 08 Abril 2016.
- Ministério da Educação e Cultura. "Plano Diretor de Tecnologia da Informação do MEC – PDTI". Disponível em:<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16433-pdtimec-2014-2016-01-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16433-pdtimec-2014-2016-01-pdf&Itemid=30192)>. Acessado em 05 Abril 2016.
- Ministério da Educação e Cultura. "Planejamento Estratégico Institucional do Mec (2015- 2018) – PEI". Disponível em:<



# Plano de Dados Abertos – PDA MEC – 2016/2018

Versão: 01.7

Código:  
PDAMEC-01-  
2016-2018

Data da versão:  
20/06/2016

- Ministério da Educação e Cultura. "Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação do Mec – PETI." Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17678-relatorio-monitoramento-peti-pdti-anoref-2014&category\\_slug=junho-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17678-relatorio-monitoramento-peti-pdti-anoref-2014&category_slug=junho-2015-pdf&Itemid=30192)>. Acessado em 12 Abril 2016.
- W3 Org. "Extensible Markup Language – Xml, Extensible Stylesheet Language – XSL e XSLT". Disponível em: <<http://www.w3.org/XML>>. Acessado em 12 Abril 2016.
- IETF. "Javascript Object Notation – JSON". Disponível em: <<http://www.ietf.org/rfc/rfc4627.txt>>. Acessado em 12 Abril 2016.
- W3C PUBLISHING GOVERNMENT DATA. "Manual de Dados Abertos W3C". Disponível em: <<http://www.w3.org/TR/gov-data/Manual de Dados Abertos W3C>>. Acessado em 08 Abril 2016.
- W3C PUBLISHING GOVERNMENT DATA. "Manual do desenvolvedor W3C". Disponível em: <[http://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/manual\\_dados\\_abertos\\_desenvolvedores\\_web.pdf](http://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/manual_dados_abertos_desenvolvedores_web.pdf)>. Acessado em 08 Abril 2016.
- W3C PUBLISHING GOVERNMENT DATA. "Cartilha do desenvolvedor W3C". Disponível em: <[http://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/encarte\\_manual\\_desenvolvedores\\_web.pdf](http://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/encarte_manual_desenvolvedores_web.pdf)>. Acessado em 05 Abril 2016.
- Open Knowledge Brasil. "Guia de Dados Abertos OKFN". Disponível em: <<http://br.okfn.org/dados-abertos/>>. Acessado em 05 Abril 2016.
- AGUNE, R., CARLOS, J., 2005, "Governo eletrônico e novos processos de trabalho". In: Gestão pública no Brasil contemporâneo. São Paulo: Fundap.
- BRASIL, 1994. "DECRETO Nº1.094, DE 23 DE MARÇO DE 1994". . 1994. S.I.: s.n. Acessado em: 08 de Abril 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D1094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1094.htm)>.
- BRASIL, 2000. "PORTARIA NORMATIVA Nº2, DE 27 DE OUTUBRO DE 2000". .2000. S.I.: s.n. Acessado em: 08 de Abril 2016. Disponível em: <[http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/portarias/p02\\_00.htm](http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/portarias/p02_00.htm)>.
- BRASIL, 2010. "Decreto de 03.04.2000". . 2010. S.I.: s.n. Acessado em: 08 Abril 2016. Disponível em: <[http://www.governoeletronico.gov.br/anexos/E15\\_90Decreto\\_3\\_de\\_abril\\_de\\_2000.pdf](http://www.governoeletronico.gov.br/anexos/E15_90Decreto_3_de_abril_de_2000.pdf)>.
- BRASIL, 2012. "Instrução Normativa da INDA". . 12 Abril 2012. S.I.: s.n. Acessado em: 08 Abril 2016. Disponível em: <<http://dados.gov.br/instrucao-normativa-da-inda/>>.
- BRASIL, 2015. "Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - ePING". . 2015.S.I.: s.n. Acessado em: 15 Abril 2016. Disponível em: <<http://eping.governoeletronico.gov.br/>>.
- CGU, 2015a. "Portal de Transparência Pública". . 2015. S.I.: s.n. Acessado em: 12 Abril 2016. Disponível em: <<http://www3.transparencia.gov.br/TransparenciaPublica/glossario/>>.
- CGU, 2015b. "Portal do Acesso à Informação". . 2015. S.I.: s.n. Acessado em: 12 Abril 2016. Disponível em: <<http://www.acessoinformacao.gov.br/assuntos/relatorios-dados/relatoriosestatisticos/relatorios-estatisticos>>.
- ECKERSON, W.W., 2002, "Data quality and the bottom line". In: TDWI Report, The Data Warehouse Institute.
- E-PING, 2014, Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico. . S.I., s.n. Acessado em: 15 Abril 2016.
- Tribunal de Contas da União, 2014. "Referencial Básico de Governança". Acessado em: 12 Abril 2016. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A24F0A728E014F0B34D331418D>>
- OGP, 2015. "OGP Como Funciona". . 2015. S.I.: s.n. Acessado em: 17 Abril 2016. Disponível em: <[http://www.governoaberto.cgu.gov.br/a-ogp/como\\_Funciona.asp](http://www.governoaberto.cgu.gov.br/a-ogp/como_Funciona.asp)>.
- OPEN KNOWLEDGE FOUNDATION (OKF), 2012. "Open Data Handbook Documentation". . 14 Novembro 2012. S.I.: s.n. Acessado em: 19 Abril 2016. Disponível em: <<http://opendatahandbook.org/pdf/OpenDataHandbook.pdf>>.
- PORTAL DE GOVERNO ELETRÔNICO DO BRASIL, 2015. "Portal de Governo Eletrônico do Brasil - Princípios". . 2015. S.I.: s.n. Acessado em: 22 Abril 2016. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br/principios>>.
- REDMAN, T.C., 1998, "The Impact of Poor Data Quality on the Typical Enterprise". In: Commun. ACM. v. 41, pp. 79–82.



## Glossário

**Acordão:** decisão de órgão colegiado de um tribunal (câmara, turma, seção, órgão especial, plenário, etc.), que se diferencia da sentença, da decisão interlocutória e do despacho, e representa resumidamente a conclusão a que se chegou, não abrangendo toda a extensão e discussão em que se pautou o julgado, mas tão-somente os principais pontos da discussão;

**PDA:** Plano de Dados Abertos - documento que orienta ações de implementação e promoção de abertura de dados, organiza o planejamento e racionalização dos processos de publicação de dados abertos nas organizações públicas;

**Informação:** dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

**Dado:** menor informação fornecida ou processada por um computador, logo, Dados são um conjunto de informações (quantitativas, qualitativas, categóricas ou indefinidas) podendo ser organizadas ou não;

**Metadado:** informação que descreve características de determinado dado, explicando-o em certo contexto de uso;

**Dados abertos:** dados estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na rede mundial de computadores e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento;

**Dado público:** qualquer dado gerado ou sob a guarda governamental que não tenha o seu acesso restrito por legislação específica;

**Formato aberto:** formato de arquivo não proprietário, cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou qualquer outra restrição legal quanto à sua utilização;

**Licença aberta:** tipo de licença que permite amplo acesso a qualquer pessoa que a utilize e redistribua, estando sujeito a, no máximo, a exigência de creditar a sua autoria e compartilhar pela mesma licença;

**Maturidade dos dados:** níveis que representam os diferentes estados pelos quais uma organização passa à medida que amadurece no conhecimento, organização, qualidade uso e reuso de seus dados;

**Tecnologia da Informação:** Recursos necessários para adquirir, processar, armazenar e disseminar informações;

**e-PING:** Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral;

**e-MAG:** Consiste em um conjunto de recomendações a ser considerado para que o processo de acessibilidade dos sítios e portais do governo brasileiro seja conduzido de forma padronizada e de fácil implementação;

**e-VoG:** Vocabulários e Ontologias do Governo Eletrônico - conjunto de padrões, ferramentas e metodologias para possibilitar o intercâmbio de informações de forma a viabilizar o pronto cruzamento de dados de diversas fontes; o uso de metodologias de modelagem conceitual como forma de eliciação do conhecimento tácito das áreas de negócio de governo; o uso de ontologias como ferramenta para explicitar conhecimentos de maneira formal e coerente; o alinhamento conceitual das diversas áreas do conhecimento do governo. Um dos produtos do e-VoG é o Repositório de Vocabulários e Ontologias de Governo Eletrônico (<http://vocab.e.gov.br/>), local para acesso a todas as referências ontológicas do Governo Eletrônico Federal;



## Plano de Dados Abertos – PDA MEC – 2016/2018

Versão: 01.7

Código:  
PDAMEC-01-  
2016-2018

Data da versão:  
20/06/2016

**JSON:** é um acrônimo para JavaScript Object Notation. É um padrão aberto de estruturação de dados baseado em texto e legível por humano;

**XML:** significa Extensible Markup Language, e é um conjunto de regras para codificar documentos em um formato legível por máquina;

**CSV:** significa Comma-Separated Values, ou valores separados por vírgula, e é um formato para armazenamento de dados tabulares em texto;

**e-SIC:** Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão. Permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal;

**Arquivo Legível por Máquina:** refere-se a informações ou dados que estejam em um formato que pode ser facilmente processado por um computador, sem intervenção humana, assegurando nenhum significado semântico está perdido;

**Governança Digital:** Política instituída pelo Decreto 8.638, de 15 de janeiro de 2016 e que estabelece a Estratégia de Governança Digital (EGD). Baseia-se no conceito de Governo Digital da OCDE e refere-se ao uso de tecnologias digitais, como parte integrada das estratégias de modernização governamentais, para gerar benefícios para a sociedade;



## **Anexo A – Formulários de Identificação dos dados e metadados**

Fichas preenchidas pelas Áreas Departamentais envolvidas neste plano de dados abertos, com as identificações dos conjuntos de dados a serem abertos e suas especificidades.

### **Nome ou título do conjunto de dados**

*Bolsas concedidas e perfil dos beneficiários do Prouni*

### **Descrição sucinta**

*Detalhamento quantitativo das bolsas concedidas pelo Prouni por ano, segmentadas por região; UF; município; instituição de educação superior; curso; modalidade de ensino (presencial ou EAD); turno e tipo de bolsa. Detalhamento do perfil dos beneficiários do Prouni por sexo; raça/cor; faixa etária e pessoas com deficiência*

### **Palavras-chave (etiquetas)**

*Prouni; Bolsas de estudo; Perfil dos beneficiários; instituições de educação superior privadas.*

### **Nome e e-mail do setor responsável pelos dados**

*Diretoria de Políticas e Programas de Graduação da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação. E-mail: dipes@mec.gov.br*

### **Periodicidade de atualização**

*Anual*

### **Escopo temporal (anual, mensal, diário, bimestral)**

*Anual*

### **Escopo geopolítico (por cidade, estado, região)**

*Bolsas concedidas pelo Prouni: Região, UF e Município  
Perfil dos beneficiários do Prouni: Região, UF e Município*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria Executiva

## Plano de Dados Abertos – PDA MEC – 2016/2018

Versão: 01.7

Código:  
PDAMEC-01-  
2016-2018

Data da versão:  
20/06/2016

### Nome ou título do conjunto de dados

*Unidades da Rede Federal de EPCT*

### Descrição sucinta

*Lista de todas as instituições da Rede Federal de EPCT, com detalhamento de nome, município, data de autorização de funcionamento*

### Palavras-chave (etiquetas)

*Unidades, Expansão, Campus, Instituto Federal*

### Nome e e-mail do setor responsável pelos dados

*Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão CGPG/DDRSETEC/MEC - [cgpg@mec.gov.br](mailto:cgpg@mec.gov.br)*

### Periodicidade de atualização

*Semestral*

### Escopo temporal (anual, mensal, diário, bimestral)

*Semestral*

### Escopo geopolítico (por cidade, estado, região)

*Região, UF, Mesorregião, Microrregião, Município.*





## Nome ou título do conjunto de dados

*Matrículas Atendidas da Rede Federal de EPCT*

## Descrição sucinta

*Quantidade de Matrículas Atendidas por Iniciativa do Pronatec, Unidade, Tipo de Curso, Curso, Tipo de Oferta e Modalidade de Ensino da Rede Federal de EPCT*

## Palavras-chave (etiquetas)

*Matrículas, Tipo de Curso, Curso, Tipo de Oferta, Modalidade de Ensino, Técnico, Superior, Bacharelado, Licenciatura, Tecnologia, Formação Inicial, Formação Continuada, FIC, Ensino Médio, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Presencial, Ensino a Distância, Integrado, Concomitante, Subsequente, PROEJA, Bolsa-Formação, e-TEC*

## Nome e e-mail do setor responsável pelos dados

*Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão CGPG/DDRSETEC/MEC - [cgpg@mec.gov.br](mailto:cgpg@mec.gov.br)*

## Periodicidade de atualização

*Mensal*

## Escopo temporal (anual, mensal, diário, bimestral)

*Mensal*

## Escopo geopolítico (por cidade, estado, região)

*Região, UF, Mesorregião, Microrregião, Município.*



## Nome ou título do conjunto de dados

*Novas matrículas da Rede Federal de EPCT*

## Descrição sucinta

*Quantidade de Novas Matrículas por Iniciativa do Pronatec, Unidade, Tipo de Curso, Curso, Tipo de Oferta e Modalidade de Ensino da Rede Federal de EPCT*

## Palavras-chave (etiquetas)

*Novas Matrículas, Ingressos, Ingressantes, Tipo de Curso, Curso, Tipo de Oferta, Modalidade de Ensino, Técnico, Superior, Bacharelado, Licenciatura, Tecnologia, Formação Inicial, Formação Continuada, FIC, Ensino Médio, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Presencial, Ensino a Distância, Integrado, Concomitante, Subsequente, PROEJA, Bolsa-Formação, e-TEC*

## Nome e e-mail do setor responsável pelos dados

*Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão CGPG/DDRSETEC/MEC - [cpgp@mec.gov.br](mailto:cpgp@mec.gov.br)*

## Periodicidade de atualização

*Mensal*

## Escopo temporal (anual, mensal, diário, bimestral)

*Mensal*

## Escopo geopolítico (por cidade, estado, região)

*Região, UF, Mesorregião, Microrregião, Município.*



## Nome ou título do conjunto de dados

*Concluintes da Rede Federal de EPCT*

## Descrição sucinta

*Quantidade de Concluintes por Iniciativa do Pronatec, Unidade, Tipo de Curso, Curso, Tipo de Oferta e Modalidade de Ensino da Rede Federal de EPCT*

## Palavras-chave (etiquetas)

*Matrículas, Conclusão, Concluintes, Tipo de Curso, Curso, Tipo de Oferta, Modalidade de Ensino, Técnico, Superior, Bacharelado, Licenciatura, Tecnologia, Formação Inicial, Formação Continuada, FIC, Ensino Médio, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Presencial, Ensino a Distância, Integrado, Concomitante, Subsequente, PROEJA, Bolsa-Formação, e-TEC*

## Nome e e-mail do setor responsável pelos dados

*Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão CGPG/DDRSETEC/MEC - [cgpg@mec.gov.br](mailto:cgpg@mec.gov.br)*

## Periodicidade de atualização

*Mensal*

## Escopo temporal (anual, mensal, diário, bimestral)

*Mensal*

## Escopo geopolítico (por cidade, estado, região)

*Região, UF, Instituição, Município, Mesorregião e Microrregião*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria Executiva

## Plano de Dados Abertos – PDA MEC – 2016/2018

Versão: 01.7

Código:  
PDAMEC-01-  
2016-2018

Data da versão:  
20/06/2016

### Nome ou título do conjunto de dados

*Servidores da Rede Federal de EPCT*

### Descrição sucinta

*Quantidade de Professores EBTT e Técnicos Administrativos em Educação (TAE) por campus, instituição, qualificação e nível funcional*

### Palavras-chave (etiquetas)

*Professores EBTT, Tecnicos Administrativos em Educação, TAE, campus, instituição*

### Nome e e-mail do setor responsável pelos dados

*Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão – [cgpg@mec.gov.br](mailto:cgpg@mec.gov.br)*

### Periodicidade de atualização

*Mensal*

### Escopo temporal (anual, mensal, diário, bimestral)

*Mensal*

### Escopo geopolítico (por cidade, estado, região)

*Região, UF, Mesorregião, Microrregião, Município.*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria Executiva

## Plano de Dados Abertos – PDA MEC – 2016/2018

Versão: 01.7

Código:  
PDAMEC-01-  
2016-2018

Data da versão:  
20/06/2016

### Nome ou título do conjunto de dados

*Orçamento da Rede Federal de EPCT*

### Descrição sucinta

*Valor total disponibilizado por instituição via matriz orçamentária ou descentralização.*

### Palavras-chave (etiquetas)

*Recursos Orçamentários, Capital e Custeio*

### Nome e e-mail do setor responsável pelos dados

*Coordenação-Geral de Infraestrutura – CGIN/DDR/SETEC/MEC - cginfsetec@mec.gov.br*

### Periodicidade de atualização

*Anual*

### Escopo temporal (anual, mensal, diário, bimestral)

*Anual*

### Escopo geopolítico (por cidade, estado, região)

*UF*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria Executiva

## Plano de Dados Abertos – PDA MEC – 2016/2018

Versão: 01.7

Código:  
PDAMEC-01-  
2016-2018

Data da versão:  
20/06/2016

### Nome ou título do conjunto de dados

*Lista das obras da Rede Federal de EPCT, com detalhamento de nome, município e situação*

### Descrição sucinta

*Situação das obras da expansão da Rede e de reestruturação*

### Palavras-chave (etiquetas)

*Obras, Expansão, Reestruturação*

### Nome e e-mail do setor responsável pelos dados

*Coordenação-Geral de Infraestrutura – CGIN/DDR/SETEC/MEC - cginfsetec@mec.gov.br*

### Periodicidade de atualização

*Mensal*

### Escopo temporal (anual, mensal, diário, bimestral)

*Mensal*

### Escopo geopolítico (por cidade, estado, região)

*UF*



## Nome ou título do conjunto de dados

*Matrículas realizadas pelo Pronatec*

## Descrição sucinta

*Quantidade de Matrículas realizadas por Iniciativa do Pronatec, Rede ofertante, Tipo de Curso, Curso, Tipo de Oferta e Modalidade de Ensino*

## Palavras-chave (etiquetas)

*Pronatec, Matrículas, Tipo de Curso, Curso, Tipo de Oferta, Modalidade de Ensino, Técnico, Formação Inicial, Formação Continuada, FIC, Ensino a Distância, Integrado, Concomitante, Subsequente, EJA, Bolsa-Formação, e-Tec, Brasil Profissionalizado, Rede Federal de EPCT, Acordo de Gratuidade com as entidades dos SNA*

## Nome e e-mail do setor responsável pelos dados

*Gabinete da Secretaria –GAB/SETEC/MEC - gabinetesetec@mec.gov.br*

## Periodicidade de atualização

*Bimestral*

## Escopo temporal (anual, mensal, diário, bimestral)

*Bimestral*

## Escopo geopolítico (por cidade, estado, região)

*Região, UF, Mesorregião, Microrregião, Município.*



## Nome ou título do conjunto de dados

*Escolas com plano de atendimento aprovado no Programa Mais Educação*

## Descrição sucinta

*Número de escolas municipais e estaduais que tiveram seus planos de atendimento do Programa Mais Educação aprovados.*

## Palavras-chave (etiquetas)

*Mais Educação, Escolas*

## Nome e e-mail do setor responsável pelos dados

*Coordenação-Geral de Gestão Escolar - CGGE*

## Periodicidade de atualização

*Anual*

## Escopo temporal (anual, mensal, diário, bimestral)

*Anual*

## Escopo geopolítico (por cidade, estado, região)

*Período, Esfera de Governo, Estado, Município.*